

MESTRADO PROFISSIONAL – ALGUMAS REFLEXÕES

| Agnes Fernandes

Geógrafa | Pesquisadora do IPT

Professora do Mestrado Profissional em Tecnologia da Habitação – IPT

*agnesth@ipt.br*

## MESTRADO PROFISSIONAL – ALGUMAS REFLEXÕES

No contexto atual, refletir sobre o papel, os objetivos e os resultados do mestrado profissional nos conduz, obrigatoriamente, a uma reflexão sobre o mestrado acadêmico.

Hoje, cabe ao mestrado profissional responder a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo mestrado acadêmico, não se contrapondo e nem se constituindo em uma alternativa à formação de mestres segundo padrões de exigência diferentes daqueles tradicionalmente adotados pela pós-graduação. Trata-se, sim, de uma proposta complementar, que venha somar no processo de capacitação daqueles que optam por atuar no mercado de trabalho não-acadêmico.

Os mestrados acadêmicos, ao longo de sua história, não têm gerado, “com a desejada visibilidade, respostas diretas e mais consistentes para as demandas provenientes dos setores externos à academia” (Pires, 2005).

A velocidade atual com que o conhecimento se reproduz, principalmente, nas áreas mais dinâmicas, que extrapolam os limites da ciência pura, exige constante atualização e acompanhamento das demandas do mercado, especialmente aquelas de cunho tecnológico.

Dirigido especificamente à formação profissional, com estrutura curricular definida e consistente, normalmente vinculada a uma área profissional específica, o mestrado profissional é oferecido de forma diferenciada e flexível, pois permite um regime de dedicação parcial, diferenciando-se também nos modelos de avaliação e do produto final.

Principalmente por essas duas últimas características, os mestrados profissionais vêm sendo objeto de análises e críticas, as quais poderíamos no mínimo caracterizar como polêmicas. Análises, avaliações e críticas trazem intrinsecamente, em seu processo, diferentes modos de olhar o objeto em questão. Dessa forma, a diferenciação entre os dois

mestrados – acadêmico e profissional – pode ser realizada com base em diversos elementos, com maior ou menor destaque a cada um deles.

Do ponto de vista financeiro, ou seja, sobre o fato de o mestrado profissional somente ser viável por meio do ensino pago, inúmeras polêmicas têm surgido, principalmente no meio acadêmico.

A cobrança pelos cursos de mestrado profissional se dá não só por ser uma exigência da Capes para o reconhecimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para que esses comprovem sua auto-suficiência financeira, mas também porque o público envolvido apresenta um perfil específico. Nesse caso, o debate sobre o ensino pago ganha novos contornos à medida que a questão aí colocada se relaciona diretamente com a (re)qualificação da mão-de-obra já inserida no mercado de trabalho, e que, portanto, irá beneficiar diretamente as empresas envolvidas, que, por sua vez, têm por obrigação contribuir com uma parcela desse custo.

Para os professores, a atividade docente nos mestrados profissionais pode significar uma forma de complementação salarial, o que pode ser visto de forma positiva em um momento de crise salarial, o que não nos desobriga de estarmos atentos ao debate e à justa reivindicação por melhores salários nas universidades.

Outro fator sempre destacado nas polêmicas referentes ao mestrado profissional diz respeito ao produto final exigido para a titulação. No mestrado profissional, a exigência da apresentação de um trabalho final que tenha um caráter predominantemente aplicado, no dia-a-dia do aluno, em seu ambiente profissional, e que pode ser apresentado “sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, *performance*, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso”, conforme site do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São Paulo (2005), tem sido visto como se fosse um indicador representativo da qualidade do ensino e de seu resultado final.

Cabe lembrar, porém, que essa questão – qualidade do ensino – também se coloca para os diversos níveis do nosso sistema educacional (fundamental, médio e superior) e que, como questiona Pires (2005), na maioria das vezes tem surgido muito mais como uma forma de a academia fomentar uma polêmica em torno do que é qualitativamente válido – o acadêmico –, em contraposição ao que é vulgar – profissional, num misto do que poderíamos chamar de preconceito e autodefesa.

A qualidade do ensino, nunca é demais repetir, está diretamente vinculada à instituição que o oferece. Dessa forma, o fato de exigências diferenciadas, como o trabalho final ou a dedicação parcial do aluno, não atesta por si só a qualidade do ensino.

No mestrado profissional oferecido pelo IPT, por exemplo, é exigido do aluno o rigor acadêmico na elaboração dos trabalhos finais, acrescido da viabilidade prática deles, buscando, dessa forma, atender às demandas das empresas interessadas, bem como oferecer um embasamento teórico-conceitual exigido pela academia.

A implantação de um mestrado profissional pressupõe a existência de uma massa crítica acumulada ao longo do tempo e de qualidade reconhecida. Coloca também a necessidade de ambiente e infra-estrutura consolidada na área de pesquisa. O IPT, diante da sua história, do *status* adquirido como instituição de pesquisa, do corpo de pesquisado-

res que nele atuam, do parque tecnológico disponível, do acervo bibliotecário e da contribuição que vem prestando ao desenvolvimento tecnológico nacional, tem também participado do programa de qualificação de excelência que é o mestrado profissional.

É mais do que reconhecido que o desenvolvimento socioeconômico de qualquer país depende da capacidade técnica e tecnológica gerada nos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento e no seu repasse, nas mais diversas formas de utilização, para os setores produtivos e para a população. Um dos instrumentos básicos para obtenção de competitividade no mundo globalizado de hoje é a capacitação de recursos humanos para responder prontamente às necessidades decorrentes de novos desafios, transformando, rapidamente, resultados de pesquisa, protótipos e informações em agentes de produção e produtos (IPT, 2005).

Não podemos, portanto, de forma alguma, nos furtar às possibilidades de transferência do conhecimento e da experiência acumulada para a produção tecnológica.

Existe, hoje, um contingente expressivo de profissionais nas empresas e instituições, com excelente potencial técnico, desejosos de aprimorar seu desempenho em sua área de atuação, mas que não encontram espaço em cursos de pós-graduação que levam prioritariamente à carreira acadêmica e exigem dedicação exclusiva. O mestrado profissional propiciará importante nicho de oportunidades a esses profissionais.

Como acertadamente afirma Pires (2005), ao assumir um comprometimento com os segmentos profissionais, aqui entendidos como os não-prototipicamente acadêmicos, em contraposição aos chamados acadêmicos, diferentes, portanto, daqueles representados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), escolas e institutos de pesquisa, seja oferecendo oportunidades seja co-realizando projetos de interesse comum, as universidades estariam não só estendendo a sua atuação ao campo profissional, mas também e sobretudo concedendo maior visibilidade às suas formas de inserção social, no sentido mais amplo do termo. Estariam, também, passando a desenvolver um modelo de formação profissional que pressupõe formas de engajamento em parcerias bilateral ou multilateralmente constituídas, rompendo, portanto, com o papel hegemônico e unilateral que historicamente lhe foi outorgado exercer.

Trata-se, aqui, portanto, não da discussão do que é melhor ou o que é pior, mas sim de percebermos que são formações distintas, inter-relacionadas e que podem ser complementares, por exemplo, quando o mestrado profissional passar a ser aceito de fato pela academia, e aqueles estudantes, portadores dessa titulação, tiverem o mesmo espaço, sem preconceitos de nenhuma natureza, nos processos seletivos para o doutoramento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GAZZOLA, A.L.A. *Considerações iniciais sobre os conceitos de Mestrado Profissional e de Especialização*. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/educacao/academico/foprop/documentos/mestrado\\_profissional\\_especializacao.pdf](http://www.pucpr.br/educacao/academico/foprop/documentos/mestrado_profissional_especializacao.pdf)>. Acesso em: 24.11.2005.
- HADDAD, F. Uma visão sistêmica da educação. *Folha de S.Paulo*, 25 set. 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). *Atividades do IPT sobre ensino*. Disponível em: <<http://www.ipt.br/atividades/ensino/sobre/>>. Acesso em: 24.11.2005.
- PIRES, S. *O mestrado profissional – um desenvolvimento conceitual no contexto da UFMG*. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/educacao/academico/foprop/documentos/mestrado\\_profissional.pdf](http://www.pucpr.br/educacao/academico/foprop/documentos/mestrado_profissional.pdf)>. Acesso em: 1.11.2005.
- TECNOLOGIA é forte aliada da educação continuada. *Manager Online*, 4 out. 2005.